

OS FUNDAMENTOS DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA

Josemária da Silva Patrício

Resumo

Este trabalho consiste em apresentar os fundamentos do Conhecimento de Inteligência, ao contemplar a possibilidade, a origem e a essência deste. O fato de a razão humana ser ou não capaz de representar adequadamente a realidade é o cerne de uma reflexão fundamental para legitimar o Conhecimento. Dessa forma, analisa-se a interpretação das várias correntes filosóficas que influenciam o Conhecimento de Inteligência, as quais são instrumentos de um permanente debate acerca dos critérios para validá-lo. O empirismo, o racionalismo, o fenomenologismo, o intuicionismo, o materialismo dialético, o pragmatismo, o estruturalismo, o construtivismo e pós-modernismo são algumas das abordagens filosóficas determinantes para a construção da Teoria do Conhecimento. A discussão a respeito de quais aspectos seriam preponderantes – a experiência ou a razão, a realidade ou a consciência, o sujeito ou o objeto, entre outros – também é importante para definir qual seria o arcabouço teórico apropriado para fundamentar a produção do Conhecimento na Atividade de Inteligência.

Este trabalho objetiva argumentar sobre os fundamentos do Conhecimento de Inteligência, os quais suscitam diversas indagações, sendo uma delas a absorção, pela Atividade de Inteligência, das mesmas questões da filosofia que versam sobre a possibilidade, a origem e a essência do conhecimento.

Considerando que os pensadores das questões fundamentais da filosofia se dedicaram e se dedicam à busca da verdade do conhecimento, o que os leva a optar por diversos caminhos e inúmeras variantes que traduzem o interesse de cada segmento das ciências particulares e das culturas em geral, diante de tal diversidade de entendimento, passei a procurar junto a alguns pensadores - antigos, modernos e pós-modernos - que desenvolveram

estudos sobre a relação da consciência e a realidade e se a nossa mente é capaz de conhecer e representar adequadamente o mundo que nos circunda. Esses estudos envolveram filósofos como Platão, Aristóteles, Agostinho, Tomás de Aquino, Descartes, Locke, Kant, Husserl, Heidegger, Sartre, Foucault, Jacob Bazarrian e Marilena Chauí.

Também foram pesquisados os fundamentos teóricos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) para compreender as razões pelas quais os doutrinadores da época buscaram exatamente esses fundamentos que até hoje são utilizados. Tendo encontrado uma apresentação da Teoria do Conhecimento com explicações das várias concepções que compõem esta teoria, e mais o seguinte:

Na Atividade de Informações, a produção do conhecimento final é feita, inicialmente, pela apreensão dos fatos através dos sentidos externos; posteriormente, aqueles sofrerão um processo de elaboração mental do analista. Dentro desse enfoque, a Atividade de Informações enquadra-se dentro do **intelectualismo**, na medida em que o informe é o relato, a observação ou o registro de um fato (logo, é empírico) e a informação é resultante da integração e processamento de todos os informes disponíveis sobre o assunto (portanto, é um processo racional). A posição do analista de informações, na produção do conhecimento, deve ser **objetiva** (eliminando todo o subjetivismo ou opiniões particulares e pessoais que possam ser introduzidas em suas indagações) e caracterizada por um **realismo crítico**, ou seja, admitindo a possibilidade da existência de um engano ou erro no julgamento da realidade dos fatos, irá questioná-los incessantemente, buscando o convencimento sobre a verdade dos mesmos. A pesquisa efetuada pelo analista, durante as atividades desenvolvidas para a produção do conhecimento, caracteriza-se pelo **ceticismo metódico**, pois que os informes deverão ser escoimados ou decantados de seus falsos valores. Por outro lado, ao elaborar a sua informação, o analista não pode deixar de levar em conta o **pragmatismo** dos seus trabalhos, preocupando-se com o grau de utilidade que o conhecimento final produzido irá ter para quem vai dele se utilizar. Segundo o resumo visto sobre a Teoria do Conhecimento filosófico, podemos estabelecer as relações de analogia com o Conhecimento da Atividade de Informações. (QUEIROZ NETO, 1984, p. 10, grifo nosso).

Com estes dados, foi possível estabelecer uma trajetória de argumentos para reflexão e obtenção do que se procura sobre as questões do conhecimento e sobre esse modo tão singular de produção de conhecimento que se dá no âmbito da Atividade de Inteligência, e assim poder atingir o objetivo proposto.

Segundo filósofos modernos, os fundamentos do conhecimento são estudados pela filosofia. Tais fundamentos refletem as circunstâncias em que ocorrem as formulações de teorias, as quais traduzem a realidade dos cenários de cada época. Por isso, a primeira indagação deste trabalho é a que o título sugere: **Fundamentos do Conhecimento de Inteligência**.

A produção de Conhecimento de Inteligência utiliza uma metodologia baseada nas regras cartesianas e esse conhecimento deve ser verdadeiro ou provável, fundamentando suas conclusões em evidências contidas nas frações significativas destacadas nos fatos e situações em produção. O profissional de inteligência, usando a metodologia adotada, formula uma imagem imparcial e objetiva em sua mente que deverá corresponder totalmente ao objeto (fato ou situação). Este é o discurso contido nos ensinamentos da Escola de Inteligência (Esint) (grifo nosso).

O mencionado discurso estaria fundamentado na Doutrina Nacional de Inteligência, a qual dispõe sobre os fundamentos em seu preâmbulo:

Para garantia de sua eficácia, a Doutrina Nacional de Inteligência adota como fundamentos, de um lado, a teoria de sentido especulativo e universal e, de outro, a própria realidade em suas dimensões interna e externa. Do primeiro fundamento, a teoria, derivam proposições situadas predominantemente no plano do dever ser; do segundo, realidade, emergem preceitos que se colocam basicamente na ordem do ser. O correto entrosamento dessas proposições e desses preceitos garante à Doutrina Nacional de Inteligência caráter de atualidade e praticidade. (SISTEMA..., 2004, p. 12).

O teor do discurso e a teoria de sentido especulativo e universal referida na doutrina me levam a considerar alguns aspectos. A mencionada teoria revela um amplo leque de possibilidades, porém, imprecisas ao não indicar nominalmente qual o referencial teórico que fundamenta a produção de conhecimentos, fato que não ocorre com o discurso - baseado no conteúdo da nota de aula denominada Produção de Conhecimentos - no qual se identifica, de forma explícita, fundamentos da Teoria do Conhecimento formulada no século XVII, sistematizada por John Locke e inspirada no racionalismo, afirmando a capacidade que o homem tem de conhecer a realidade que o circunda.

Outro aspecto é que resulta desta constatação, é o de explicitar em que consiste a Teoria do Conhecimento, para depois identificar sua correlação com o discurso e assim verificar quais fundamentos são utilizados pela Atividade de Inteligência. Para compreendermos como estes fundamentos seriam utilizados e o porquê da sua adoção, é necessário em primeiro lugar definir o que é Inteligência.

A doutrina preconiza que Inteligência é:

[...] o exercício permanente de ações especializadas orientadas para obtenção de dados, produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento de autoridades governamentais, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução e o acompanhamento das políticas de Estado. Engloba, também, a salvaguarda de dados, conhecimentos, áreas, pessoas e meios de interesse da sociedade e do Estado. (SISTEMA..., 2004, p. 15).

Por se tratar da produção de conhecimentos deste cabedal e objetivá-lo verdadeiro, imparcial, oportuno e útil, resultante

de representação de fatos e situações produzidas pela mente especializada do profissional de Inteligência, e considerando a missão atribuída à Atividade de Inteligência, conforme o conceito supracitado, deve-se entender a importância da adoção de fundamentos filosóficos que sustentem um arcabouço teórico condizente com os interesses desta atividade. Para argumentar sobre esses fundamentos, necessário se faz lembrar um pouco da história e do conteúdo da teoria adotada pela Inteligência para melhor visualizar a razão da escolha.

Com uma posição de mediação entre o racionalismo e o empirismo, surgiu uma orientação epistemológica denominada Intelectualismo afirmando que o conhecimento tem a participação de ambos, pois enquanto o racionalismo participa com a existência de juízos necessários ao pensamento e com validade universal, o empirismo sustenta que retira os elementos desses juízos da experiência.

Uma Teoria do Conhecimento é formulada a partir das necessidades que o homem tem de garantir a sua sobrevivência, o que ocasiona questões de ordem prática e do pensamento, considerando que para fazer frente ao mundo que o rodeia, primeiramente precisa compreendê-lo e

conhecê-lo, para então sobreviver. Isso leva o homem a produzir mecanismos suficientes às suas necessidades cada vez mais crescentes e a se indagar o que mais poderá fazer a respeito. Desse processo surgiram, ao longo do tempo, as questões identificadas e estudadas pela filosofia, o que ensejou a formulação de teorias sobre o conhecimento. No século XVII, ocorreu uma sistematização, com metodologias e procedimentos, sob uma posição filosófica de princípios e fundamentos racionalistas, para encontrar respostas às questões da possibilidade, da origem e da essência do conhecimento, validando-o.

Abordar unilateralmente a Teoria do Conhecimento que fundamenta o Conhecimento de Inteligência sem mencionar algumas existentes no universo filosófico, ou pelo menos as mais utilizadas e conhecidas, bloqueia a compreensão daquilo que se quer mostrar e também impossibilita a amplitude necessária à consecução do objetivo a alcançar.

Para não estabelecer uma longa faixa de tempo que possa levar a digressões não objetivadas por este trabalho, começarei pela formulação da Teoria do Conhecimento que, ao ser sistematizada, possibilitou saltar da gangorra filosófica metafísica desde Sócrates para uma estabilidade epistêmica, a qual permaneceu incontestada até meados do século XX, nos efervescentes anos sessenta, quando o movimento pós-moderno, com suas críticas ao estabelecido, apresentou uma negação total da teoria do conhecimento, ocasionando uma aparente ruptura epistemológica.

A Teoria do Conhecimento, a partir do século XVII, passou a nortear as ciências particulares, apresentando-se como mais um ramo da filosofia e priorizando o sujeito do conhecimento ao afirmar sua capacidade cognoscente para conhecer uma realidade exterior ao seu pensamento e assim atingir a verdade do conhecimento.

No entanto, essa visão racional, considerada um marco para a filosofia e as diversas ciências particulares, não passou incólume por mudanças e transformações de cenários com circunstâncias peculiares às épocas, que ensejaram o aparecimento de teorias, doutrinas, escolas e pensamentos vários, para concordar ou discordar sobre o que se formulava a respeito do conhecimento, sob a ótica do interesse de cada segmento. Aliás, os pensadores do século XVIII chegariam à conclusão de que não existiria verdade universal, por isso, cada segmento deveria procurar a verdade do tipo de conhecimento do seu interesse, apagando assim a concepção que predominava desde os gregos com a ideia absoluta e o espírito absoluto do medievo.

As questões da Teoria do Conhecimento, ou seja, as mesmas desde que o homem passou a descobrir a si mesmo antes de perguntar sobre o mundo, permaneceram como objetos de questionamento para a elaboração de novos pensamentos, à época. Isso porque a influência medieval era consistente, pela forte presença do cristianismo que até então respondia a todos os questionamentos com a verdade do mistério divino. Os pensadores modernos, ao constatarem a separação estabelecida entre Deus e o homem, pelo cristianismo, em face do pecado original, se depararam com um grande problema: pode o homem,

um pecador, conhecer a realidade que o cerca com seus misteriosos objetos a conhecer? A resposta dos filósofos modernos foi que poderiam, sim, e por intermédio da razão humana. Assim, estabeleceram que o homem passasse a ser o sujeito e o objeto do seu conhecimento.

... sobre essa questão há dois entendimentos opostos: o entendimento que nega a possibilidade de conhecermos, como o ceticismo e suas variantes, e o entendimento que afirma que podemos conhecer, como o das doutrinas dogmáticas e as materialistas.

Daí, a razão passou a fundamentar o conhecimento e René Descartes, com o *Cogito ergo sum* e a *Dúvida metódica*, desenvolveu todo um trabalho voltado à razão, cujos princípios permanecem, conforme se vê, quando da elaboração de qualquer conhecimento, pois sempre analisamos as causas que podem nos levar a **erro**, ou seja, os preconceitos e a velocidade com que concluímos sobre algo sem verificar se os juízos emitidos são verdadeiros. Concomitantemente, John Locke concluiu que todos os princípios do conhecimento derivam da experiência, responsável pela existência das nossas ideias, enquanto Descartes afirmava que o conhecimento deriva da razão, por operações do nosso intelecto.

Surgiram então duas perspectivas diferentes para a Teoria do Conhecimento. Essas perspectivas resultaram no apareci-

mento de várias concepções, principalmente por pensadores com posição cética e suas variantes absolutas e relativas.

Com uma posição de mediação entre o racionalismo e o empirismo, surgiu uma orientação epistemológica denominada Intelectualismo afirmando que o conhecimento tem a participação de ambos, pois enquanto o racionalismo participa com a existência de juízos necessários ao pensamento e com validade universal, o empirismo sustenta que retira os elementos desses juízos da experiência.

Porém, pela visão da Teoria do Conhecimento, somos capazes de conhecer. Nossa consciência tem uma atividade sensível e intelectual, com um poder de análise e síntese e representação dos objetos por intermédio de ideias e de avaliação, bem como de interpretação desses objetos, por meio de juízos, e não por meio da luz divina (na visão do cristianismo), como até então se acreditava.

Somente no final do século XIX, Edmund Husserl, da escola alemã, apresentou uma nova abordagem do conhecimento, pela fenomenologia, para descrever a Teoria do Conhecimento em âmbito geral, o que representou de forma mais contundente, diante das várias concepções reinantes, a sistematização efetuada por Locke. A fenomenologia visa descrever todos os fenômenos, os materiais, naturais, ideais, culturais, do conhecimento e das realidades, e considera o fenômeno como a presença real das coisas reais diante da consciência, daquilo que se apresenta diretamente a ela. Também se propõe afirmar a prioridade do sujeito do conhecimento com consciência reflexiva diante dos objetos, aos quais intenciona, visa, pro-

curando apreender as características e determinações destes objetos, o que é basilar a todo conhecimento. Por isso, a fenomenologia não afirma que o homem possa conhecer a realidade em toda a sua essência, e sim somente tal como aparece e se apresenta a sua consciência e o faz por intermédio de representações ou afigurações.

Assim, a metodologia fenomenológica, considerando a capacidade de o homem conhecer um fenômeno exterior à sua consciência e definindo o conhecimento como relação do sujeito com o objeto, destaca que este se constitui de três elementos: o sujeito cognoscente, fonte de intencionalidades; o objeto a conhecer, independente do seu pensamento; e a imagem formada pela mente do sujeito, correspondente ao objeto. Portanto, o processamento do fenômeno do conhecimento ocorre da seguinte maneira: na relação, a função do sujeito é apreender, captar o objeto, o qual tem a função de ser apreendido pelo sujeito. Essa apreensão figura para o sujeito como uma saída de sua própria esfera para invadir a esfera do objeto, apreendendo as determinações ou as propriedades deste. Nisto, o objeto não é arrastado para a esfera do sujeito, ele permanece independente, não sendo nele que ocorre uma alteração pela função cognitiva. É no sujeito que houve alteração com o surgimento da imagem contendo as determinações do objeto, para o qual esse fato se apresenta como um alastramento das suas determinações no sujeito, ocasionando uma preponderância do objeto sobre o sujeito, tornando-o determinado e ele, o objeto, determinante.

Porém, com isso, o sujeito não passa a ser um simples determinado, mas apenas

a imagem do objeto na sua mente que o é, e nessa determinação pelo objeto há receptividade do sujeito a respeito dele, objeto, em razão da intencionalidade. Ao mesmo tempo se apresenta uma espontaneidade do objeto a respeito da imagem em formação, na qual a mente terá uma participação criadora na sua representação, isto porque o sujeito lhe dá significado, com a intencionalidade. Todavia, quando determina o sujeito, o objeto mostra-se independente, transcendental, pois todo conhecimento visa a um objeto independente da consciência cognoscente, por isso todos os objetos do conhecimento são transcendentais, reais ou ideais. Os reais são os dados na experiência externa ou interna, e os ideais são os meramente pensados e mesmo assim possuem um ser em si, uma transcendência. Como na matemática e as operações aritméticas com os números, eles existem, mas são objetos ideais e não reais.

Consequentemente, na visão fenomenológica, ocorre o fenômeno do conhecimento quando o sujeito capta as determinações do objeto e com isso forma uma imagem do mesmo e, para efetivar esse conhecimento, a imagem deverá corresponder totalmente ao objeto, pois se assim não for, teremos apenas um erro, não do objeto, mas ocorrido na mente do sujeito. Contudo, essa descrição do processo do conhecimento pelo método fenomenológico não explica e nem interpreta o conhecimento, apenas descreve o fenômeno ocorrido, cabendo à Teoria do Conhecimento fazê-lo, o que nos reporta às indagações que dizem respeito à possibilidade, a origem, a essência, os tipos do conhecimento e o critério da verdade.

Cabendo à Teoria do Conhecimento a interpretação filosófica do fenômeno do conhecimento, vejamos sob a visão de outras concepções que, quiçá, possibilite ampla condição de avaliação do **por que** se julgaria como mais apropriada a Teoria do Conhecimento para fundamentar o Conhecimento de Inteligência. Consideremos que todas as teorias ou entendimentos acerca do conhecimento começam questionando seus elementos sobre a possibilidade de conhecer, o que dá sequência à abordagem das demais questões da filosofia sobre o conhecimento.

Estabelecida a essência do conhecimento como relação entre o sujeito e o objeto, conforme afirma o materialismo filosófico, resta-nos saber a origem do conhecimento. Saber se os sentidos, a razão e a intuição participam do conhecimento.

Se existe possibilidade do conhecimento, ou seja, se a nossa mente é capaz de conhecer e refletir de forma adequada sobre o que nos rodeia, se é capaz de efetivamente captar o objeto, conhecer a sua verdade - essa dúvida também poderá ocorrer na Atividade de Inteligência, ao perguntarmos se o profissional de Inteligência pode chegar à verdade dos fatos e situações utilizando o modelo da Teoria do Conhecimento pela descrição fenomenológica -, sobre essa questão há dois entendimentos opostos: o entendimento que nega a possibilidade de conhecermos, como o ceticismo e suas variantes, e o entendimento que afirma que

podemos conhecer, como o das doutrinas dogmáticas e as materialistas.

Os céticos absolutos negam que o sujeito seja capaz de apreender o objeto, aliás, o desconhecem e concentram toda sua atenção nos fatores subjetivos do conhecimento humano. Suas variantes relativas negam parcialmente a possibilidade de conhecer a verdade em determinados campos e na sua totalidade, ou seja, o homem só pode conhecer a aparência das coisas e não a sua essência. Só poderíamos conhecer a manifestação exterior da coisa em si (o objeto) como se apresenta à nossa consciência, sendo tarefa do nosso pensamento dar forma e ordem nessas sensações, conforme Kant. Por isso, não conhecemos a sua essência e sim a representação, revestida dos elementos subjetivos nos quais a enquadrados, o que podemos ver no ceticismo relativo de Kant, no positivismo de Comte e na fenomenologia de Husserl, representando as variadas formas do ceticismo.

O entendimento que afirma a possibilidade de conhecer se manifesta no dogmatismo e no materialismo filosófico. A doutrina dogmática, com sua crença de conhecer a verdade absoluta, de forma imediata e direta por meios empíricos, racionais ou suprarracionais, ignora desse modo o conhecimento como uma relação entre o sujeito e o objeto. Quanto ao materialismo filosófico e sua variante, o materialismo dialético, revelam-se como mediadores entre o ceticismo relativo e o dogmatismo, ao afirmarem da existência real do mundo exterior refletido por nossa consciência, e distinguindo o objeto do sujeito cognoscente. Afirmam também e principalmente que a matéria é anterior à consciência, e nossas sensações, re-

apresentações e conceitos são reflexos das coisas que existem, independentemente da nossa consciência.

Destacados alguns entendimentos sobre a capacidade do sujeito conhecer ou não, pergunta-se em que consiste o conhecimento, a sua essência, que relação há entre o sujeito e o objeto, o que constitui questão fundamental para a filosofia e as atividades em geral, e que nos arrasta à questão do centro de gravidade no fenómeno do conhecimento: o que prepondera, o sujeito ou o objeto? Essa também seria uma preocupação crucial para a Atividade de Inteligência, considerando que hoje nos deparamos, pelo menos no mundo ocidental e em relação a diversas atividades, com um conflito de mentalidades. Esse conflito resultaria do fato de que algumas instituições com atividades seculares de Estado veem o conhecimento como uma criação fundamentada por princípios e modelos já estabelecidos, sendo o objeto o elemento preponderante do conhecimento, crença vigente à época das formulações. Hoje temos uma geração formada sob a orientação de outra posição filosófica para a qual o elemento preponderante do conhecimento é o sujeito, e acreditando ser o conhecimento uma construção do homem interagindo com seu meio social e as diferenças ali existentes.

Da essência do conhecimento precisamos estabelecer o referido centro de gravidade. O aspecto nevrálgico da preponderância nos apresenta entendimentos antagônicos e, considerando o fator humano, nunca deixarão de sê-lo, só restando a cada atividade optar pela interpretação mais apropriada aos seus fins e interesses. Responder qual o elemento prepon-

derante no conhecimento, se a realidade ou a consciência, o sujeito ou o objeto, se a consciência é um reflexo e reprodução do objeto, ou o objeto é um reflexo e uma reprodução da consciência, dois segmentos doutrinários, o idealismo e o materialismo, nos apresentam os seguintes entendimentos: o idealismo e suas variantes (objetiva e subjetiva) afirmam que o sujeito determina o objeto. A variante objetiva afirma que o que prepondera é a **ideia absoluta**, o **espírito universal**, a **vontade universal** existentes antes da natureza e dos homens e teria criado o mundo, sendo que todas as coisas materiais são seus produtos, o que podemos exemplificar por Platão, com o *Mito da caverna*, e Hegel, com seu *Demiurgo*. A variante subjetiva apregoa o **eu absoluto** da consciência do sujeito individual, afirma que toda realidade está encerrada na sua consciência, sendo a matéria uma ideia que dela fazemos, é uma construção da consciência.

Contraopondo-se a esse entendimento, o materialismo filosófico nos afirma que há objetos reais e independentes do pensamento, que a matéria é anterior à consciência, que é o reflexo ou produto da matéria. Ao materialismo filosófico se atribui resolver cientificamente o problema fundamental da essência do conhecimento ao mostrar que o mundo é material por natureza, considerando o ser (objeto) como matéria, e que nossas sensações e ideias são imagens do mundo exterior.

Estabelecida a essência do conhecimento como relação entre o sujeito e o objeto, conforme afirma o materialismo filosófico, resta-nos saber a origem do conhecimento. Saber se os sentidos, a razão e a intuição participam do conhecimento. Vis-

to pela ótica de cada um desses elementos, teremos o empirismo, o racionalismo, intuicionismo e o materialismo dialético. O empirismo, espécie que tem como única fonte do conhecimento a experiência recebida pelos sentidos e que acredita suficiente para conhecer a verdade, tem como forma de conhecimento a sensação, a percepção e a representação.

O racionalismo defende que a fonte do conhecimento é a razão, o pensamento abstrato. Afirma que os sentidos nos enganam e, portanto, não podem produzir um conhecimento verdadeiro, logicamente necessário e universalmente válido, o qual só pode ser alcançado pela razão.

O Intuicionismo afirma que é possível conhecer a verdade sem os sentidos e a razão, mas por uma faculdade irracional ou sobrenatural chamada intuição.

O materialismo dialético, apesar de afirmar serem o empirismo, racionalismo e intuicionismo unilaterais, propõe uma síntese dos três, como partes na elaboração do conhecimento, que é um processo dialético. Essas referências podem ser identificadas no discurso da Atividade de Inteligência.

Ao apresentar os diversos entendimentos sobre a origem do conhecimento nos vem a indagação sobre seus tipos e formas, pelo menos os mais conhecidos, que são o racional discursivo e o intuitivo. No racional discursivo, a consciência serve-se de diversas formas de operações mentais, como a ideia (ou conceito), juízo e raciocínio, relacionando o objeto a outros, comparando e tirando suas conclusões. É um conhecimento mediato. No tipo intuitivo, o conhecimento é imediato, o

olhar apreende imediatamente o objeto, é uma experiência externa que se baseia nos juízos que temos nas leis lógicas do pensamento. Essa apreensão imediata do objeto se dá sob as formas da intuição sensível, intuição mística e a intelectual.

Vistas algumas questões detectadas na descrição fenomenológica do conhecimento, estas nos direcionam para a grande questão da validade do conhecimento: a verdade, e o critério utilizado para lhe atribuir a certeza. O conceito de verdade, como a concordância do conteúdo do pensamento com o objeto, constitui a concepção transcendente de verdade, no entanto, há o conceito da imanência que afirma ser a verdade a concordância do pensamento consigo mesmo, e nada existir exterior à consciência. Portanto, manifestam-se assim os segmentos idealistas e materialistas, bem como os aspectos subjetivos e objetivos da verdade. O idealismo subjetivo versa sobre o conceito imanente de verdade, e o objetivo, sobre a concepção transcendente.

Não podemos ignorar, todavia, a doutrina denominada e conhecida por pragmatismo, afirmando um entendimento oposto à corrente que defende a transcendência. Segundo esta doutrina, o conhecimento é verdadeiro quando produz resultados práticos e eficazes, sendo seu critério de verdade a utilidade. O pragmatismo ignora o conhecimento como relação do sujeito e objeto.

Como podemos afirmar, a certeza da verdade é incumbência dos critérios e há várias concepções para atribuir essa certeza, a saber: o critério da autoridade (utilizado pela teologia), o da evidência (defendido pela teoria do conhecimento e a

inteligência), o da ausência de contradição (idealismo subjetivo), da utilidade (pragmatismo, materialismo dialético) e o da prova (ciências particulares). O critério da evidência, como o mais conhecido e aceito, é visto como plena clareza da verdade e a certeza é o estado subjetivo que a acompanha. Porém, não é um critério último de verdade, pois fatores como a ignorância, ilusões dos sentidos, paixões e preconceitos podem levar a uma falsa evidência, precisando, portanto, de outro critério para atribuir à verdade uma certeza.

O critério da evidência nos lembra uma questão bastante controversa para a Atividade de Inteligência, a imparcialidade. Pode o sujeito conhecer de forma imparcial? Argumenta-se o seguinte: no processo do conhecimento, o sujeito apreende as determinações ou propriedades do objeto e a imagem formada deverá corresponder totalmente a este objeto e, como este é transcendente ao sujeito, portanto, a imagem formada não deverá conter o já existente no pensamento do sujeito e sim corresponder somente às propriedades que são apreendidas do objeto, o que resultaria numa imagem imparcial, ou o mais próximo possível da mesma.

Utilizando também da argumentação do materialismo filosófico e dialético, do sujeito ser capaz de conhecer a verdade objetiva, que afirma a apreensão do objeto com suas determinações e características essenciais, é possível a imparcialidade, argumento aceito até pelos céticos relativos. Somente na concepção idealista subjetiva a concordância do pensamento é consigo mesmo e não com o objeto.

Contudo, todas essas concepções acerca do conhecimento humano vigoraram incontestes aproximadamente até meados do século XX, principalmente para a atividade científica e instituições seculares de estado e alguns pensadores. Até hoje, seja qual for a teoria que sistematiza a produção do conhecimento, ela se orienta pelos mesmos princípios diante da problemática de interesse, ou seja, de fato ou situação ou qualquer objeto a conhecer. O homem planeja o que vai fazer, coleta o material necessário, avalia suas fontes, interpreta e busca o que todos querem: o conhecimento considerado verdadeiro. A base para esses procedimentos e entendimentos é a razão humana, em que os pensadores modernos acreditaram.

Norteando o Conhecimento de Inteligência com seus fundamentos, esta teoria influencia não somente a metodologia utilizada pela Atividade de Inteligência na sua produção, mas também nas questões da sua identidade; do perfil do profissional; e do produto final do processo de produção.

Mas, o tempo é inexorável com as ideias, em razão de ocasionar mudanças e, por conseguinte, acarretar novos pensamentos diante dos desafios. A descontinuidade corrente na filosofia, a herança dos escombros materiais e mentais da Segunda Guerra Mundial, a bipolaridade

subsequente, o estado pós-industrial, os modelos existentes não correspondendo mais às necessidades e expectativas da sociedade e da ciência, a cibernética e o novo modelo de comunicação, o capital financeiro gerindo a política e a economia, a formação de movimentos sociais, o Construtivismo, a Gestalt, as ambições imperialistas, ensinaram, nos anos sessenta a oitenta, uma postura de negação e angústia diante da sensação de que o que se acreditava ou foi levado a acreditar, estava errado e não mais servia para a sociedade, considerando o que houve e o que estava ocorrendo no mundo.

Assim, as bases e os valores racionalistas implantados desde o século XVII que nortearam a filosofia e as ciências foram negados. Do racionalismo ao empirismo, do idealismo ao materialismo dialético. Não se ignorou, mas também não se defendeu as bandeiras do estruturalismo e do construtivismo. Aconteceu uma ruptura epistemológica e estabeleceu-se o pós-modernismo como uma posição filosófica discordante. Entre seus pensadores mais conhecidos, destacam-se Sartre, Michel Foucault, François Lyotard, Gilles Deleuze, Jaques Derrida e Bruno Latour, os quais negaram todas as teorias, valores, conceitos, doutrinas, enfim, tudo o que constitui o universo filosófico moderno.

As propostas pós-modernas partem da determinação de romper e desconstruir criticamente o modelo epistemológico que estava em vigor, bem como questionar fundamentos que girem em torno de verdades, recusar o dogmatismo da ciência, isto é, recusar a ideia de que a ciência é uma representação da realidade tal como é em si mesma e adotar a ideia de que o objeto científico é um modelo

construído, e questionar todas as formas que nos conceituaram como sujeito e indivíduo, principalmente junto às ciências humanas, das quais os modelos formulados não nos serviriam mais. As metodologias e procedimentos baseados num modelo racional discursivo passariam ao modelo similar ao construtivista e sem fundamentos prontos.

Como evidência da mencionada ruptura, usarei as questões da Teoria do Conhecimento como parâmetro da crucial discordância à mentalidade moderna e às afirmações do discurso pós-moderno por destacados arautos. Quanto à possibilidade do conhecimento, o ser humano não conhece ou não precisa conhecer a realidade que o cerca, ele a constrói, pois a base racional e todo o discurso moderno seria, nesta nova visão, um disfarce para o exercício da dominação dos homens, por isso a negação a sistemas prontos que induzem a pensar o que se quer que pense. A essência do conhecimento, que é a relação do sujeito e o objeto, foi considerada sem fundamento, pois tanto a filosofia quanto as ciências são construções subjetivas de seus objetos, os quais nada mais são do que os resultados de operações teóricas e técnicas, considerando que os cientistas não observam as realidades, mas as constroem. Portanto, os objetos independentes do sujeito não existem, são apenas construções teóricas.

Daí podem ser identificados reflexos do idealismo e a sua concepção imanente de verdade (a concepção imanente de verdade é defendida por uma parcela significativa de pensadores pós-modernos), porém, aí não há construção interativa nenhuma, pois a apreensão do objeto pela mente do sujeito corresponde ao conteú-

do da própria mente, sendo este um processo individual. A filosofia e o próprio conhecimento, passaram a ser considerados uma criação feita pela linguagem, assim como a literatura, onde não se diz como as coisas são, elas são criadas, e esse entendimento é reflexo do estruturalismo.

A origem do conhecimento não é concebida como no modernismo, pois o homem não é um animal racional com livre vontade, ele é passional, se move por instintos e por isso instituiu uma ordem social para reprimir seus desejos e paixões, proposição diametralmente oposta ao pensamento moderno. A verdade do conhecimento como correspondência da imagem formada, cujo critério é a evidência, não seria apropriada, considerando que o conhecimento, seja qual a espécie, só é válido se for útil e eficaz para a obtenção dos fins desejados por quem conhece, não importando que fins sejam esses.

O discurso que reveste essa concepção de critério da verdade pode ser identificado no pragmatismo e no materialismo dialético, se bem que os pensadores da escola de Frankfurt, que foram os últimos a abandonar a versão comunista do materialismo dialético, nada levaram ou contribuíram com esta doutrina para o pós-modernismo, considerando que os pós-modernos também negaram o socialismo aparentemente em razão do modelo russo.

Todavia, as concepções, os conceitos, as significações, proposições e enunciados, segundo a linguagem de Foucault, logo tiveram discordâncias, isto é, o mesmo fenômeno ocorrido à teoria do conhecimento, e a pós-modernidade passou a ser denominada de neo-capitalismo, lógica cultural do capitalismo tardio, modernidade líquida, neo-conservadora em combate aos ideais iluministas.

Por conseguinte, passando por descontinuidades e rupturas ou propostas de ruptura na história do conhecimento, os períodos mais marcantes da filosofia nos legaram pelo menos quatro sistemas que revolucionaram o pensamento humano, notadamente no milênio anterior, que foram a metafísica grega, a teologia do medievo, a teoria do conhecimento moderna e a concepção pós-moderna do conhecimento.

A visão das diversas concepções, doutrinas e teorias versando sobre a essência, possibilidade, origem, tipos, formas e critério de verdade do conhecimento, possibilita a oportunidade de constatar que, do discurso da Atividade de Inteligência e do disposto em sua doutrina, poderíamos afirmar quais fundamentos da Teoria do Conhecimento foram utilizados para a formulação de uma peculiar teoria do conhecimento de Inteligência.

Esta afirmação pode ser verificada ao identificarmos fundamentos do materialismo filosófico na afirmação de que o profissional de Inteligência pode produzir conhecimentos pela metodologia com a qual trabalhamos, dirimindo a questão da possibilidade do conhecimento. Também seriam fundamentos oriundos do materialismo dialético e do intelectualismo as explicações sobre a origem do conhecimento como conjugação do racionalismo e empirismo, que compõem a representação de fatos ou situações; que seria dos fundamentos identificados na descrição fenomenológica da Teoria do Conhecimento e no realismo crítico, a explicação sobre a essência do conhecimento como relação do sujeito e objeto e que este prepondera sobre aquele; que o tipo de conhecimento que se produz é identificado com o racional ou abstrato; e as formas

que utilizamos conferem com as do conhecimento racional (conceito ou ideia, juízos e raciocínios).

Assim, se entendermos como teoria o conjunto de concepções, fundamentos, conceitos, metodologias e demais procedimentos formando uma singular posição filosófica que sustenta a existência da Atividade de Inteligência enquanto produtora de conhecimentos e diretamente norteia o exercício da atividade, a Teoria do Conhecimento passaria a ser a mais apropriada, pela correlação aos interesses de objetivos e sobrevivência desta atividade, dando a validade necessária ao conhecimento produzido.

Norteando o Conhecimento de Inteligência com seus fundamentos, esta teoria influencia não somente a metodologia utilizada pela Atividade de Inteligência na sua produção, mas também nas questões da sua identidade; do perfil do profissional; e do produto final do processo de produção. Por conseguinte, não podemos atribuir a responsabilidade de todo o processo somente às regras cartesianas, apontadas como inspiradoras da metodologia utilizada, considerando que só temos em mente os princípios contidos nas mesmas quando da aplicação da metodologia, e não da atividade como um todo.

A Atividade de Inteligência com a atribuição de produzir conhecimentos sobre fatos e situações constantes da realidade, objetivando assessorar as decisões governamentais em benefício do Estado e da sociedade, teria que adotar um arcabouço teórico apropriado que fundamentasse o exercício da atividade. Para escolha, teve a seu dispor desde a metafísica grega e a teológica, a teoria moderna e a concepção pós-moderna do conhecimento. E teria

julgado uma delas, a Teoria do Conhecimento sob a visão fenomenológica, a mais adequada ao objetivo a que se propõe, em face das correlações já mencionadas.

Essas correlações também se prendem ao fato de que, se a produção de conhecimentos de inteligência objetiva **representar** a realidade, portanto, sob uma posição cética relativa, não possibilitaria facilmente a utilização de metodologias fundamentadas em teorias de construção interativa do conhecimento (diferindo de várias ciências particulares), em razão dos fins a que se destina o mencionado conhecimento. Obviamente, não é impossível, mas ainda não se vê claramente que processo pós-moderno seria adequado para representar fatos e situações que já ocorreram, ocorrem e poderão vir a ocorrer, mostrando deles a verdade (para a Atividade de Inteligência), por evidência, sem cair em erro ou possível dispersão resultantes apenas da cosmovisão de cada profissional e assim se distanciar do fato em si, sem utilidade para o usuário.

Conseqüentemente, ao final destes argumentos, os quais representam os objetos pesquisados e não o conteúdo da minha consciência, pode-se constatar que, para a Atividade de Inteligência, as questões da filosofia acerca do conhecimento não se transformaram em problemas por razão da crença na posição filosófica adotada. A certeza dessa crença seria derivada dos valores e concepções fundamentadores considerados apropriados ao exercício da Atividade de Inteligência e para esta vigentes, apenas, passando a serem discutidos e discordados quando da comparação com a posição filosófica pós-moderna, de discurso oposto ao que utilizamos.

Referências

- BAZARIAN, Jacob. *O problema da verdade*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1994.
- BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Coletânea L*. Brasília: SNI, 1984. nº 51 e 57.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2006.
- DESCARTES, René. *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1983. v 5.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- . *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- HESSSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HUSSERL, Edmund. *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1983. v. 7.
- KANT, Emmanuel. *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1983. v 6.
- QUEIROZ NETO, João Amâncio. As características do pesquisador em informações. *Coletânea L*, Brasília, ano VII, n. 51/52, mar/maio; jun/ago 1984.
- SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA. Conselho Consultivo. *Manual de Inteligência: Doutrina Nacional de Inteligência: bases comuns*. Brasília: Abin, 2004. 44 p.